

Envolvimento da família com a escola: uma análise a partir da intervenção com grupos de pais

(Involvement of the family with school: an analysis intervention from parents with groups)

Pauliana Tamires Papel¹; Valéria Aparecida Chechia²

¹Graduação – Centro Universitário UNIFAFIBE – Bebedouro SP
pauliana.tpapel@hotmail.com

²Universidade Sagrado Coração - Bauru SP
psicologia@fafibe.br

Abstract: *The family and school are two key institutions in the process of physical, intellectual, emotional, psychological and social in shaping the individual. In this way, the relationship between the two has aroused research and several studies, bringing as evidence or statements the family-school-community relationship influences the failure and academic success of students. Reflecting from literature surveys and correlating them with the results of the research, this project aims to characterize an important crop Course Completion Work. With the foundation to analyze the family-school-community relationship through an intervention with parent group of the 3rd grade of elementary education in a municipal school located in São Paulo.*

Keywords: *Learning problem; Family-school relations; group intervention; School psychology.*

Resumo: *A família e a escola são duas instituições fundamentais para o processo de desenvolvimento físico, intelectual, emocional, psicológico e social na formação do indivíduo. Desta maneira, a relação entre ambas tem despertado pesquisas e estudos diversos, trazendo como comprovações ou afirmações que a relação família-escola-comunidade influencia no fracasso e sucesso escolar dos alunos. Refletindo a partir de levantamentos bibliográficos e correlacionando-os com os resultados da pesquisa, este projeto tem como objetivo caracterizar um importante recorte do Trabalho de Conclusão de Curso. Tendo como fundamentação analisar a relação família-escola-comunidade através de uma intervenção com grupo de pais da 3ª série do ensino fundamental em uma Escola Municipal localizada no interior de São Paulo.*

Palavras-chave: *Problema de aprendizagem; Relação família-escola; Intervenção grupal; Psicologia escolar.*

Introdução

É de conhecimento geral que a família é umas das instituições transmissoras de conhecimento mais antiga da história, ocorrendo grandes reformulações para sua concretude enquanto instituição de ensino. Afinal, fora intitulada por muitos séculos como provedora da linhagem, responsável exclusivamente pela alimentação, moradia e transmissão da culturas e regras estabelecida em cada comunidade, norteadas pela modelo patriarcal, na qual caberia o pai as funções de autoridade máxima (MACEDO, 1994).

Estas afirmações concretas foram e ainda estão sendo desmitificadas após estudos e afirmações sobre o que é família, estabelecidos na compreensão biológicas, jurídica, sociológico e psicológico. Tornando-se assim, complexo estudá-la em uma total plenitude, devido aos valores, atitudes, como também um modelo normativo construído por cada indivíduo. Modelo este elaborado pelo homem é histórico e preso às perspectivas diferentes de acordo com as influências do tempo presente, sendo marcada pelas transformações sociais, econômicas e políticas (COLUS; LIMA, 2007).

Partindo do pressuposto que a família é responsável pela primeira vivência de aprendizagem e socialização da criança, além disso, os laços familiares são essenciais para a estruturação psíquica desde os primeiros momentos de vida (SALVARI; DIAS, 2006). Entende-se que sua participação é extremamente importante para passar aos filhos a aquisição de conhecimentos, principalmente quando os mesmos interagem diretamente com escola.

Segundo Oliveira (1999) quando nos referimos a forma de interação e comunicação entre a família e a escola, deparamos com constantes contestações, indexadas de modo negativo ou positivo, dependendo dos estabelecimentos anteriormente construídos e aceitos. Afinal, em muitos momentos nos deparamos com conotações negativas, onde a família deposita todas as expectativas de aprendizagem dos filhos na escola, afastando-se de sua responsabilidade.

Estas posições acabam por se tornar uma prática generativa para os gestores escolares, ainda mais quando nos deparamos com cenário atual de diversos alunos com problema e dificuldades de aprendizagem. Sendo a família a responsável pela socialização e educação, acaba tornando-se uns dos indicativos centrais para este receber a culpa, prevalecendo o discurso no cotidiano escolar, em especial nas instituições localizadas nos bairros de grande vulnerabilidade social (COLUS; LIMA, 2007).

Compreende-se que estes posicionamentos são viabilizados muitas vezes por falta de orientações, aproximações e envolvimento interativos entre os pais e profissionais da escola, refletindo significativamente no desempenho produtivo para todos envolvidos no processo. Deste modo, é necessário que as escolas ultrapassem estas barreiras institucionalizadas e de culpabilizações, atitude está também exposta na família, para transformarem em conjunto, ações e estratégias de melhorias para todos envolvidos no processo.

Em contraponto Samartini (1995) destaca que relação entre família e escola vem sendo incentivada pelas políticas públicas, apontada como fundamental para uma escolarização bem sucedida. Contudo, ainda nos deparamos no Brasil com pesquisas insuficiente que demonstram tal fenômeno, principalmente quando correlacionamos com a prática em psicologia.

Refletindo sobre este pontos de vista o presente estudo tem como primórdios caracterizar de maneira discursiva as possíveis formas envolvimento entre a família e escola, interligadas associações estratégicas de participação da família como um recurso para o sucesso escolar. Denotando a necessidade de insistirmos em pesquisas sobre o tema, que tanto se faz presente e ao mesmo tempo distância das realidade presenciais das escolas, em especial quando correlacionamos com profissional da psicologia.

Em sumo, para darmos fundamentações as possíveis contribuições do tema trouxemos um sucinto resumo sobre análise do Projeto de Conclusão de Curso (TCC), que teve como norte bibliográfica de artigos e livros indexados sobre o tema, correlacionando com a pesquisa de campo extraída por um grupo de pais de alunos da 3ª série do ensino fundamental. Estruturando neste artigo as seguintes subseções centrais encontradas na pesquisa, sendo elas: a Relação entre família-escola na aprendizagem, e as problemáticas que tangem nesta relação; A família e a cultura socialmente limitada sobre as formas de participação na escola; Posicionamento da escola intrinsecamente negativos em relação ao aluno e seus familiares; Possíveis programas de participação ou orientação dos pais de alunos na escola, e participação do Psicólogo escolar.

1.1 Relação entre família-escola na aprendizagem, e as problemáticas que tangem nesta relação

Indagados sobre a influência da escola-família somos automaticamente direcionados à sua singularidade enquanto transformadores assimétricos, onde a família é a primeira instância socializadora na criação e educação dos filhos, e a escola responsável pela integração e socialização ao meio. Estes papéis sociais são pontados para delimitar as

funcionalidades, porém leva-nos a divisão que permaneceu e ainda permanece, mesmo que minimamente, intrínseca dentro destas instituições, aonde cada parte deverá “assumir” seu papel separadamente uma da outra (BORSA, 2007).

Quando as primeiras escolas públicas começaram a serem criadas milhões de pessoas foram alfabetizadas, entretanto manteve-se inalterado o abismo socioeconômico entre a sociedade brasileira, prevalecendo há burguesia. A partir da proclamação da república (1889) a escolarização passou a ser consideradas como fundamental para sociedade, associada ao progresso crescente e constitucionalmente civilizado (MARGARETH; REGATTIERI, 2009).

Em contrapartida, a importância centralizada na escola primária da época, houve uma desqualificação das famílias em relação a educação dos filhos, ou seja, e tarefa de oferecer instrução elementar era exclusividade da escola e seus profissionais tecnicamente preparados. Em meios aos questionamentos sobre a capacidade da família para educar os filhos o estado passa estabelecer maior poder diante da família, regularizando os hábitos ligados a comportamento, higiene, saúde e educação, neste caso a função era simplesmente mandar os filhos à escola (MARGARETH; REGATTIERI, 2009).

Após as contraposições, em especial com a queda do estado novo (1946) onde estabelecia-se uma posição de exclusividade da escola, obteve-se uma redemocratização do país na década de 1980, passando a oferecer máxima atenção à área da educação, estabelecendo novos planos e estratégias para financiar o sistema educacional. Trazendo nesta composição a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, propiciando maiores subsídios de atuação para escolas (MARGARETH; REGATTIERI, 2009).

Segundo Saviani (2002) Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) tem como objetivo regularizar o sistema de educação Brasileiro, tendo como base os princípios constitucionais, entre eles, que a educação é direito de todos, correspondendo o dever da família e poderes públicos para sua aplicabilidade. Ainda segundo o autor a lei pré-estabelece obrigatoriedade do ensino igualitário para todos, entretanto desde do seu surgimento até os dias atuais, quando se refere ao envolvimento diretivo dos pais na escola infelizmente se encaixa como significante efetivação.

Mesmo ampliando suas propostas a cada nova edição a LDB não difundiu ideias que integra a participação dos pais na escola, sendo esta preocupação gerada somente nas escolas. Tanto que aos longos dos anos encontramos programas incentivadores, tais como o Caixa

Escolar, onde os pais ajudavam financeiramente, além deste encontramos na Educação Brasileira sobre a Associação de Pais e Mestres (APM). Neste a comunidade poderá participar ativamente da rotina escolar de seus filhos, e também está regulamentada pelo Decreto Estadual 12983/78 (CHECHIA, 2009 apud MARTINS, 2000; NETO et al, 2004).

Constatamos ao longo da extensa literatura que a relação família-escola vem sendo apontadas quanto norteamento para bons resultados na aprendizagem dos alunos, desta maneira e como já mencionado está relação é incentivada pelas políticas públicas (SAMARTINI, 1995), partindo especialmente de alguns escolas. Os incentivos e entrosamentos ocasionados partem das pesquisas que avaliam individualmente as influências das instituições, além do principal, e também motivo a qual escrevemos este projeto, onde trazemos como um dos questionamentos, qual importância das ações família-escola serem entrelaçadas?

A relação família-escola precisa ser analisada sobre a lógica psicológica, na qual configura estas instituições como as primeiras no processo maturação e aquisição da linguagem e escrita, além do processo de transmissão dos valores, ou seja, uma contribuição mútua e continua permeando na influências individual. Além disso, a relação família pode ser apercebida sociologicamente, caracterizando os aspectos socialização cultural presente na construção de cada indivíduo, e construindo nas inter-relações internas e externas (SILVEIRA; WAGNER, 2009).

Compreende-se que a família e escola exerce indiretamente posicionamento intelectual, psicológica e sociológica significativamente importantes para construção do sujeito em sociedade, ou seja, atualmente não há possibilidade de pensar em escola sem referenciar a família do aluno. Nas palavras de Pereira (2008) a interação e atividades entre a escola-família em muitos momentos entra em confrontação das “funções” que cada uma necessita ter, porém a conotação escolar está presente em todos, tendo graus diferentes de interesse de envolvimento e expectativas.

Desta maneira, estudos científico, entres eles realizado por Fan e Chen (2001) na qual revisaram 25 estudos fiscalizadores da relação família, indicaram que o envolvimento dos pais podem melhorar significativamente o desempenho acadêmico dos filhos (CHECHIA, 2009). Esta contribuição no rendimento escolar, que inclui mudanças no comportamento, atitudes e aprendizagem dos alunos, atingem diretamente em maiores comprometimentos e qualidades do ensino educacional.

Através do envolvimento da família com escola e o estabelecimento dos vínculos saudáveis, incorporará a todos um diálogo e ações de progresso para as crianças em formação e construção de sua aprendizagem, atingindo até a comunidade na qual está inserida. Que poderão promover ações voltados a segurança, recursos financeiros, pedagógicos e relacionados ao meio ambiente.

Bollman (2001) revela que quando as crianças encontram um local de respeito e segurança, torna-se preparadas para resolver ou lidar com os conflitos sem depender exclusivamente dos adultos. Poderíamos destrinchar pesquisas relatando sobre a importância da participação ativa da família, que segundo é uma prática que a cada dia vêm sendo incentivada sugerida nas políticas educacionais, fomentando através de divulgação os direitos intenso que a família pode e deve ter na escola. Entretanto mesmo diante dos estudo e pesquisas validando a interação escola-família, ainda nos encontramos a mercê de alguns problemáticas que tangem nesta relação.

1.2 A família e a cultura socialmente limitada sobre as formas de participação na escola

Como já mencionado nos parágrafos anteriores sobre o processo histórico-cultural da relação família-escola, as práticas de mudanças e reformas educativas solidificou os papéis sociais presente em cada instituição. Práticas estas, que quando direcionada as instituição familiar, submetemos as construções históricas, na qual a família era responsável simplesmente pela ordem dos comportamentos e atitudes, além de mantenedores econômicos da criança.

Ao olharmos para atualidade à família ainda exerce está obrigação, firmado e caracterizado na Constituição Federal Brasileira, exposto no ECA, que diz no Caput. do artigo 4º (1990):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL p.7).

Para cumprimento de suas obrigações e deveres as famílias buscam freneticamente proporcionar ambientes adaptáveis, onde as crianças possam usufruir de uma boa educação, moradia, vestuário e alimentação. Todas estas demandas possibilitaram-se aos pais maiores

autonomias para tomada de decisão frente a educação dos filhos, prática esta que antigamente era exclusivamente das escolas ou governos.

Mediante aos reajustes educacionais, legalizações de leis e principalmente as reconstruções sociais, psicológicas e econômicas do significado de família, ainda nos deparamos com cenário de aproximações diferenciado entre a escola e família (BHERING, 1999). Existindo algumas indagações que comprometem esta relação, entre elas, pensamentos limitados dos próprios familiares sobre as formas de participação.

Trazendo para o concreto podemos destacar os posicionamento negativos das mães, após serem indagadas pela estagiária em Psicologia sobre as suas visões frente à escola e os gestores escolares, obtendo as seguintes respostas:

Não tenho o que reclamar desta escola, pois desde que minhas filhas estudaram aqui nunca tive problema. Entretanto, faz um tempo que vejo e escuto de algumas mães reclamações sobre problemas relacionados a escola. Sabe acabei me alterando e dizendo que possivelmente até mudaria de escola, acredito que temos que dar valor nas coisas do bairro mais ao mesmo tempo não vemos melhoras e contribuição de todos. Ou seja, se mora aqui, tenho que dar valor nas coisas que tenho. Elas falaram assim, mas estão tampando o sol com a peneira. (Mãe R.)

Percebe-se nitidamente o descontentamento desta mãe frente à escola dos filhos, será escola vêm realmente possibilitando realmente uma participação exclusiva. Indagamos à importância de uma comunicação afetivamente interligada e construtiva, entre elas, foi nosso questionamento para mãe sobre “estão tampando o sol com a peneira”, obtendo a resposta:

Em relação a professora, pois nunca tive problema com meu filho. Este ano comecei a ter, principalmente nesta sala, uma vez a professora me chamou aqui mais acredito que devia ter outro direcionamento ao comportamento do meu filho. Não estou passando a mão na cabeça, nunca fiz isso, pois a professora precisa corrigir e meus filhos obedeceram. Entretanto tem algumas coisas que escola exagera. (Mãe R.)

As demais mais relataram apresentar dificuldades com a professora anterior ou com a sala de aula.

Sobre a escola não tenho que falar, gosto muito, entretanto em relação a professora sinto que está é mais firme em suas atitudes e correções, pois a do ano passado era totalmente lenta, tanto que meu filho não aprendeu quase nada. (Mãe A.)

Esta professora parece não ter pulso firme para controlar esta sala, entretanto quando se trata de mandar bilhete ou chamar a atenção, sempre faz. Isso é ponto positivo para elas, mas em relação a agressividade acredito que está muito passiva. (Mãe R1.)

A partir do momento em que a família contrapõe opiniões em relação aos professores, sejam elas, negativas e positivas, levando-nos as subjetividades em construção, onde a família discerne criticamente os desafios e problemas na escola, e ao mesmo transfere culpa e responsabilidade. Ou seja, depositam as soluções relacionadas aos comportamentos, aprendizagem e de relacionamentos com outro apenas na escola, conjuntamente aos professores. Esperam-se que os mesmos resolvem de forma condizente, afinal são intuições educacionais, contendo obrigações legais e profissionais para ensinar seus filhos, independente se este sejam assuntos pertinentes também aos mesmos, como o estabelecimento às regras e à disciplina (CHECHIA; ANDRADE, 2005).

Schargel (2002) informa que muitos pais enviam simplesmente seus filhos para escola, cientes das responsabilidades básicas, em contrapartida parece que existe uma lacuna intransgressível de acesso. Ocasionalmente possivelmente pelas construções de que educar cabe a família, e a transmissão da aprendizagem para escola, afinal os mesmos são “preparados” para estar nesta função. Além disso, a exigência profissional e familiar deixa muitos pais sem tempo livre para ensinar ou acompanhar o desenvolvimento educacional.

Refletindo ao nível socioeconômico baixo ou simplesmente escolaridade deficitária, vieses apontam que os pais não conseguem ajudar seus filhos por não assimilação ou compreensão dos conteúdos apresentados pela escola. Reforçando as colocações Schargel (2002) indagam que as mudanças frenéticas nas práticas de ensino, dificulta o envolvimento dos pais que muitas vezes desconhecem ou não tem acesso aos assuntos retratados no ambiente escolar. Gerando indiretamente ações discriminativas em relação aos pais, que automaticamente preferem não interferir nas práticas pedagógicas, sentindo-se angustiados e culpados aos possíveis problemas relacionados a vida acadêmica dos filhos.

E quando mencionamos sobre auxiliar ou ajudar os filhos, a tarefa escolar classifica-se como central e uma das possíveis formas de envolvimento efetivamente clara. “Envolvimento de pais em atividades feitas em casa que auxiliam a aprendizagem e rendimento escolar se refere à ajuda que os pais dão às crianças em casa, seja ela de iniciativa dos pais ou dos professores...” (BHERING; SIRAJ-BLATCHFORD, 1999, p. 195).

As tarefas escolares assim como as participações em reuniões, e especialmente as obrigações legais e morais dos pais sobre os filhos, é um recurso extremamente valioso para o processo de aprendizagem, trazendo melhorias não somente cognitiva mais emocional e social (BOLLMAN et al, 2011). Entretanto, quando nos referimos a cultura socialmente limitada

estes aspectos de envolvimento torna-se o exclusivo nos ambientes escolares, ocasionando indiretamente restrições sobre formas diferentes de envolvimento.

Quando nos referimos as formas de envolvimento entre a família-escola, encontramos na literatura algumas ações válidas e significativamente cruciais para aprendizagem, entre elas, as reuniões escolares, participação na proposta política pedagógica (PPP), auxílio nas festas ou levantamento de recursos financeiro para instituição. Além disso, a influência ativa da família para corrigir diretamente os comportamentos inadequados ou atitudes dos filhos, dialogando constantemente com os supervisores educacionais (BOLLMAN et al, 2011).

Quando indagadas pelo jeito que as professoras as abordavam em reunião ou nos encontros para informar sobre os filhos ou situações inadequadas, obteve-se alguns posicionamentos negativos sobre as mães do grupo de estudo, entre eles:

Nossa quando a professora fala que quer falar comigo, imagino que meu filho fez a pior coisa na sala. (Mãe A.)

Somente regras e várias falas sem importância, poderiam retratar ou informar algo que não fosse tão repetitivo. (Mãe R1)

Só ficam mandando bilhete que muitas vezes não entendo nada. (Mãe R.)

Este país podem contribuir, indagando socialmente sobre as condutas considerável intangíveis pelos gestores escolares, vivenciada práticas e trocas mútuas de experiências. Porém ainda nos encontramos a mercê de processo de culpabilização entre a família e a escola, instituições estas que reforçamos novamente, que funcionando de acordo com as construções históricos, adequando-se as mudanças frenéticas. Desta maneira, desmitificar primeiramente as famílias sobre as suas possíveis participação, estabelecendo uma linguagem e tempo acessível para maioria destes familiares. Indiretamente facilitaria relacionamento e envolvimento ativo, sem julgamento ou posicionamento negativos, apontamentos descritos no próximo capítulo.

1.3 Posicionamento da escola intrinsecamente negativos em relação ao aluno e seus familiares

Sabemos o quanto a família tem um papel fundamental na formação do indivíduo, estabelecendo a base de pertencimento ao mundo através do cuidado, amor e amparo emocional, social e afetivo. Segundo Dockrell & McShane (2000) o meio social, em especial

a família e suas bases de sustentação física, emocional, psicológica e econômica que proporciona a criança, poderá ser o principal fator para possíveis problemas ou sucesso de aprendizagem.

A afirmação acima, assim como várias contribuições literárias e científicas sobre a influência da família na aprendizagem, torna-se essencial e precisas para desenvolvimento humano saudável, entretanto nos leva à uma via de mão dupla. Via está caracterizada para auxiliar os pais e o sistema educacional, em contrapartida uma total e contínua culpabilização das famílias pelos problemas comportamentais e cognitivos dos filhos.

Conforme destacado a família contribui nos aspectos positivos e negativos da na aprendizagem dos filhos, contudo quando relacionamos aos aspectos negativos logo predomina o discurso para as classes menos favorecidas. Segundo Gomes (1995) quando nos referimos ao fracasso escolar, automaticamente a família é um alvo central de acusação e taxação, decorrentes de pobreza, grau de escolaridade baixa e desestrutura desta instituição.

Outro dado relevante é que pais são rotulados de falta de valorização, interesse em relação a escola e principalmente acompanhamento dos filhos, debilitando qualquer atitudes e ações (RIBEIRO; ANDRADE, 2006 apud PEREZ, 2000). Este discurso tornou uma verdade absoluta para muitas escolas e seus gestores, idealizados possivelmente por vivências reais ou fracassadas das formas de envolvimento e principalmente na defasagem de aprendizagem dos alunos, que provavelmente encontra-se no discurso.

O discurso sobre o fracasso escolar está cada vez mais intenso e expressivo, sendo a família apontada como a desencadeamento principal para as instituições escolares. Dentro da instituição os professores protestam constantemente com a falta de apoio e participação da família em relação aos filhos, ficando na posição totalmente negativa ou acusativas (COLUS; LIMA, 2009).

Ribeiro e Andrade (2006) realizaram uma pesquisa com grupos de pais, destacando que os discurso negativos ou acusatório em relação aos pais são intangíveis na escola, gerando uma posição de conformismo destes pais frente a dificuldades escolares dos filhos. Desta maneira, a relação família e escola encontra-se entrelaçadas entre estereótipos de detenção do saber e por outro lado uma submissão, ou seja, sem construções de programas saudáveis.

Para darmos construções válidas podemos destacar o acontecimento descrito em um dos encontros realizados pela estagiária em psicologia, na qual as gestoras escolares adentraram na sala, manifestam-se negativamente frente a falta de envolvimento e tomada

decisão daqueles pais, Levando a centralização de culpados, prevalecendo neste caso os gestores escolares como detentores do saber técnico e científico, impondo suas inquietações sobre o “normal” e “patológico” dos problemas dos alunos e principalmente seus pais.

Outro dado relevante é sobre as percepções vistas ou vivenciadas pelas mães do grupo, relatando sentimentos angustiantes e tristes frente aos profissionais da escola, entre eles:

Hoje minha filha estava passando mal e eu não estava com celular, aí secretaria disse a minha filha “Nossa acho que sua mãe não quer te atender ou ver você”. Olha cada coisa que está escola faz, não precisava dizer isso para minha filha. Estava ocupada naquele momento, me preocupada com minha filha e sempre atendo e com certeza preocupo. (Mãe R1)

Eu uma vez vim na secretaria não lembro fazer o que. Só sei umas das cuidadoras gritou para aluno que estava jogando água nos outros. – “Seu marginal, na sua casa vocês deve fazer isso. Senta aí marginal, vagabundo.” Sabe não achei errado chamar a atenção, mas o modo que fez é totalmente errado. (Mãe R.)

Dificultando o que consideramos envolvimento entre a escola e família, convertendo em diferenças e desigualdade sociais distante e perenemente inatingíveis de modificações (CASTRO; REGATTIERI, 2009). Podemos de

1.4 Possíveis programas de participação ou orientação dos pais de alunos na escola, e participação do Psicólogo escolar

Conforme citados acima as intuições escolares permanecem em muitos momentos numa posição acusadora em relação aos pais, dificultando progressos significativos na assistências e participação da família. Segundo Schargel (2002) as escolas e comunidades em si não tem acesso as dificuldades e os problemas enfrentados pelos pais, acreditando que muitos não necessitam de assistencialismo, proporcionando diretamente as exclusões.

Assim como acreditamos ser necessários quebra paradigmas impresumíveis nas instituições escolares em relação a participação dos pais, e vice-versa em relação a visão da família. As instituições escolares precisam conhecer a realidade enfrentada por cada família, proporcionando programas de auxilio ativo. Entres eles, programas necessárias apenas orientações ou encaminhamento destes pais à procurarem profissionais qualificados para ajudar nas questões psicológicas, econômicas ou relacional.

Sentir-se aceita e acolhida pelos gestores escolares estabelece-se facilidades nas conexões de acesso e relacionamento integral entre a família-escola-comunidade. Dando prosseguimento as formas de envolvimento, destacamos as afirmações criadas por Del Prette e Del Prette (2005), onde detalha que os pais utilizam três alternativas para promover o desenvolvimento social dos filhos, que são, estabelecimento de regras, manejos das consequências e sendo o exemplo.

Ainda segundo os autores alguns pais não sabem com estabelecer as regras de convivência social controladamente, ou seja, outrora utilizam à agressividade ou passividade demasiadamente em relação aos filhos. Nestas situações a orientação e aconselhamento aos pais torna-se possível para serem conduzidos pelos gestores escolares, onde poderão ensinar práticas educativas e habilidade sociais congruentes para determinadas situações (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2008).

Para trabalhar estes aspectos é essencial que a escola proporcione um momento na qual os pais possam também expressar suas angustias, frustrações, dúvidas e anseios frentes aos seus próprios problemas, e como o mesmo interfere na educação dos filhos. Ou seja, a escola além de ensinar os alunos poderá também orientar os pais sobre as dificuldades em relação ao estabelecimento de regras e e principalmente em relação questões de ordem pedagógica, entres elas a dificuldade de orientar nas tarefas ou atividade em casa por não saber ler ou escrever.

Nas falas de Bollman, at al. (2001) a instituição escolar necessita estabelecer um diálogo aberto com as famílias, enxergando-as como significantes no processo de ensino-aprendizagem, acolhendo as demandas e incentivando para maiores comprometimentos. Compreendo que em muitos momentos alguns pais não podem participar ativamente das atividades, mas este dialogo e estabelecimento de parceria pode conduzido nas reuniões escolares, convites das professoras no final ou começo da aula até mesmo em ligações ou recados.

Partindo da revisões bibliográficas acima, indagamos o motivos de focalizarmos o estágio em Psicologia com grupos de pais, e posteriormente a construção do Trabalho de Conclusão de Curso. No primeiro momento iríamos utilizar a abordagem sociodramático, abordagem está utilizada pela pesquisadora CHECHIA (2009), que é umas das norteadoras para desenvolvimento deste projeto de conclusão de curso. Porém ao longo do primeiro encontro compreendeu-se que deveríamos partir da uma análise de grupo operativo ou de

trocas de informações, onde os pais poderiam expressar seus pensamentos, sentimentos e anseio em relação a si, escola, comunidade e presença da psicologia.

O processo de aprendizagem centrado nos processos grupais, evidencia uma nova elaboração, integração e questionamentos de si e dos outros, e principalmente dos temas e assuntos a serem discutidos. Este processo nada mais é que a técnica de grupo livre e operativo, que tem como objetivo central promover a construção do conhecimento, dando abertura para os possíveis questionamentos, dúvidas e inquietações vivenciados no cotidiano, mas que não são analisados ou refletidos de âmbitos diferentes (BASTOS, 2010). Além disso, autoras como Chechia (2009) propõem grupos de intervenção com os pais, produzindo maiores comprometimento e sucesso nos estudos dos filhos, dados estes confirmadas e descrito também no próximo capítulo.

Percebemos que em muitos momentos o envolvimento e escola, família e comunidade não é construída num dialogo flexível, onde todos possam conceber como viés ativo e interativo, conforme esboçados ao longo deste estudo. Desta maneira, ao indagarmos sobre um grupo operativo e psicoterápico, onde o profissional da psicologia poderá intermediar as quebras de paradigmas pertencentes nestas duas intuições. Trazendo como combustível central a comunicação, viabilizando como facilitador e promotor desta relação que tanto se procura construir (BHERING; SIRAJ-BLATCHFORD, 1999).

Buscando maior compreensão sobre os olhares que estas mães trazem sobre o profissional em psicologia, questionou-se no último encontro, obtendo as seguintes respostas:

Acho que se fosse para crianças e professores, seria ótimo. Para tentar compreender os comportamentos das crianças. E para os professores é preciso entender que cada aluno é diferente, tem um tempo e espaço próprio. (Mãe R1)

Não sei, acho que pode ajudar a cabeça deles (Mãe V)

Cada criança é diferente, umas precisam mais que outras. Às vezes a psicologia ajudaria nos atendimentos das crianças com mais dificuldade (Mãe R.)

Em seguida a mãe R1 reforçou a mesma resposta da mãe R.

Acho que todos os alunos deveriam ir para psicólogo ou simplesmente montar um grupo na qual todos os alunos passariam, em especial

aqueles que tem algum “probleminha”. Minha filha quando ia na outra escola, adorava. (Mãe R1)

Ao longo da literatura sobre a psicologia escolar nos deparamos com grandes questionamentos sobre suas funcionalidades, tendo como central a atuação clínica ou interventiva com alunos problemas. Martinez (2010) ressalta que atuação do psicólogo é frequentemente associada ao diagnóstico, atendimento clínico ou de ordem comportamentais e emocionais, além de um trabalho de orientação para os professores lidar com estes “alunos problema”. Esta percepção está presente em todas as demais áreas de atuação, não sendo diferente ambiente escolar, sendo pronunciadas pelas famílias que esperam que lidamos com alunos com dificuldades. Já na ótica da escola quando se reflete em grupo de pais, espera-se que o psicólogo ensine como lidar com filhos, ensinando comportamento corretos e assertivos dentro da escola.

Enquanto a psicologia escolar ainda está sendo consolidada no Brasil, mostra-se referência significantes e promissoras para fortalecer o processo ensino e aprendizagem dentro da escola, as conotação de resolver “emergências” são relativamente conduzidos (MARTINEZ, 2010). Desta maneira ao mencionar atuações com famílias como direcionados para um modelo interventivo, afinal estas duas linhas mesmo interligadas encontram-se afastadas, ou seja, precisamos fomentar o envolvimento escola e família, aproximando com prática e inserção do psicólogo neste contexto.

O psicólogo escolar pode trabalhar com os vieses emergenciais dentro das escolas, mas é importante que reconhece seus limites, encaminhando alguns alunos e seus familiares para um profissional ou intuições qualificadas. Entre as intuições que vem ganhando força, a autora Souza (2007) no livro “Orientação a Queixa escolar”, descreve a importância de diagnosticar corretamente e trabalhar com queixas voltadas a dificuldade e déficit na aprendizagem. Entretanto, a autora salienta que necessitamos enxergar todos os sujeitos relacionados neste contexto, afastando da patologização em massa gerada na escola. Conduzidos assim, frequentes encaminhamentos de crianças e suas famílias para acompanhamento psicoterápico e psiquiátrico constante, sendo que estas situações são muitas vezes de ordem administrativa, pedagógica ou dialogal entre a criança-escola-família.

Outro dado relevante sobre o psicólogo escolar para dar eficiência em seu trabalho, é há necessidade de uma análise diagnóstica da instituição, levando em conta o meio social, hierarquização, relações de poder e principalmente a cultura socialmente aceita, na escola e a

comunidade na qual está inserida, em relação as práticas de mudanças (ANDALÓ, 1984). Isso nos serve como indicou para compreender a dificuldade de instalar e manter um grupo de pais para despertar maiores envolvimento, proporcionando posteriormente melhorias na aprendizagem.

Em outras palavras o profissional da psicologia precisa compreender o local antes de suas atuações, além disso, é necessário que esteja preparado para ser um agente transformador de mudanças, construindo reflexões críticas em relação ao processo de ensino-aprendizagem, afastando de centralizar uma única fonte de “problema”. Para dar fundamentação as construções o psicólogo poderá centralizar suas atividades através de grupos operativos com professores, diretores, coordenadores (ANDALÓ, 1984), alunos e consequentemente com os pais e responsável, reaproximando da comunidade.

Usaria o termo “infelizmente” para dizer que o grupo de pais não teve maiores adesões ou participação, afinal o convite estendeu-se para uma sala de aula com 20 alunos. No entanto, ao longo do percurso encontramos algumas variáveis em relação ao tempo, horário, adesão dos pais, falta de incentivo da escola e até mesmo despreparo da pesquisadora frente a condução do grupo. Porém as falas expressadas pelas mães ao longo dos oito encontros, nos possibilitaram uma constatação que o estabelecimento de grupos de pais corrobora com o envolvimento escola-família-comunidade. Além disso, vêm dando maior ênfase e comprovação sobre a pesquisa realizada com Chechia (2005), entre outros autores citados ao longo deste capítulo.

Considerações finais

E este modelo normativo da procura por um culpado perpassa as em todas as esferas das relações, impossibilitando a introduções de outros modelos de envolvimento ou relacionamento. Ou seja, permanecemos em campo de batalha naval, sem uma idealização ou informação do por que estamos naquela posição, apenas é necessário que massacrarmos nossos adversários com todas as munições possíveis, depois avaliamos o porquê, e as práticas. Afinal, a escola não acolhe e compreende os conflitos emocionais, psicológicos e econômicas vivenciados pelos responsáveis, depositando inconscientemente que necessitam educar sem erros eminentes. E por outro lado, as famílias projetam que a escola é exclusivamente responsável por transmitir o conhecimento acadêmico, sendo uma máquina de ensino, não

importa as questões administrativas relacionados as políticas públicas que tanto lhe pressionam.

Mediante aos posicionamentos encontrados nas revisões bibliográficas correlacionado com a pesquisa, leva-nos a estabelecer como fundamental para um envolvimento consideravelmente afetivo entre a escola, a consignação de uma comunicação assertiva como combustível inicial de acesso e quebra de paradigmas. Somente assim, preconizaremos as construções de saberes em conjuntos, aceitando o tempo e espaço de todos relacionados no processo, adotando ideais de empatia na qual enxergaremos a necessidade de envolvimento entre estas duas esferas, assim como a participação do profissional da psicologia. Que ainda precisa ser afastada construção idealizada pela sociedade sobre o atendimento clínico e individualizado dos alunos, dados estes, comprovados por indagações das gestores escolares, assim como os pais que não tinha muito conhecimento sobre a psicologia, mas o pouco que conhecia caracteriza como vieses clínicos.

Para finalizar ou impulsar pesquisas e aprofundamentos sobre o tema, acreditamos sim que profissional da psicologia, assim como qualquer outro mediador no processo de ensino aprendizagem denotará com as limitações de pensamento e acomodações para atuações de envolvimento família-escola-comunidade. Entretanto, precisamos sair das escritas e perpetuar em atuações interventivas, entre estas, o grupo interventivo com grupo pode parecer arriscados ou não obter êxito, como nesta pesquisa somente quatro mães de vinte da sala participaram assiduamente. Contudo, trouxeram ressignificações considerável para nossa pesquisa, entre ela, que precisamos desconstruir o modo de envolvimento acusatório estabelecido entre a família-escola.

Referências

BHERING, Eliana; SIRAJ-BLATCHFORD, Iram. A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração. **Cadernos de pesquisa**, v. 106, p. 191-216, 1999.

BOLLMAN, Cleusa M. et al. Interação pais e escola. **Revista PEC**, Curitiba, 2001.

BORSA, Juliane Callegaro. O papel da escola no processo de socialização infantil. *Psicoglobal-Psicologia. com. pt*, v. 142, p. 1-5, 2007.

BRASIL, Congresso. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional**. Legislação. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL, Constituição Federal. Estatuto da Criança e do Adolescente. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 28 jul. 2015.

BRASIL, Governo. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal, v. 8, 1990.
CASTRO, Jane Margareth e REGATTIERI, Marilza (Orgs.). Interação Escola Família: subsídios para práticas escolares. **UNESCO**, Representação no Brasil, 2009.

CHECHIA, VALÉRIA APARECIDA. **Intervenção com grupo de pais de alunos com insucesso escolar**. 2009. 434f. Tese (Doutorado em Psicologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2009.

CHECHIA, Valéria Aparecida; ANDRADE, A. dos S. O desempenho escolar dos filhos na percepção de pais de alunos com sucesso e insucesso escolar. **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 3, p. 431-440, 2005.

COLUS, Fátima Aparecida Maglio; LIMA, Rita de Cássia Pereira. A família do educando com dificuldade de aprendizagem: um estudo de representações sociais. **Olhar de Professor**, v. 10, n. 1, 2009.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas. **Paidéia**, v. 18, n. 41, p. 517-530, 2008.

DOCKRELL, J.; MCSHANE, J. **Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva**. Trad. Negrera, A. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000. Educ/Cortez, 2005.

GOMES, H. S. Gomes, H. S. Educação para a família: uma proposta de trabalho preventivo. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, 1995, pg. 34-39.

MARGARETH A.; REGATTIERI M. Interação Escola Família: subsídios para práticas escolares. **UNESCO**, Representação no Brasil, 2009.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. O que pode fazer o psicólogo na escola. **Em Aberto**, v. 23, n. 83, p. 39-56, 2010.

OLIVEIRA, M. C. Família, escola e participação. **Educação**, 22 (37), 151-176, 1999.
PEREIRA, Maria Paula Ivens Ferraz Colares. **A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso**. 2008. Tese (Doutorado). Universidade de Málaga.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo; ANDRADE, Antonio dos Santos. A assimetria na relação família e escola pública. **Paidéia**, v. 16 (35), p. 385-394, 2006.

SALVARI, Lúcia de Fátima Carvalho; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Os problemas de aprendizagem e o papel da família: uma análise a partir da clínica. **Estud. psicol.(Campinas)**, v. 23, n. 3, p. 251-259, 2006.

SAMARTINI, L. S. (1995). Gestão participativa: os pais na administração da escola. **Cadernos da FFC-UNESP**, 4 (2), 31-36.

SCHARGEL, F. **Estratégias para auxiliar o problema de evasão escolar**. Trad. Luiz Frazão Filho, Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SILVEIRA, L. M. O. B.; WAGNER, Adriana. Relação família-escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 13, n. 2, p. 283-291, 2009.

Recebido em 14/06/2016

Aprovado em 25/10/2016